

ID: 72022233

02-11-2017

Entrevista

Miguel Guimarães Bastonário da Ordem dos Médicos defende reforço dos incentivos para convencer mais profissionais a ficarem nos Açores, não só remuneratórios, mas também ao nível de férias, formação e projetos de trabalho. Miguel Guimarães alerta para falta de camas nos Cuidados Intensivos do HDES

“Se formarmos cá a probabilidade de ficarem médicos nos Açores é muito maior”

PAULO FAUSTINO
pfaustino@acorianooriental.pt

O governo anunciou um programa urgente de cirurgias porque a lista de espera cirúrgica nos Açores não para de crescer, com pessoas, nalguns casos, à espera de serem operadas há mais de 5 anos. Como se resolve este problema?

O problema não é fácil de resolver, mas enquanto não forem tomadas medidas concretas para o tentar resolver, ele vai-se agravando. É verdade que nos Açores existe um tempo de espera muito grande para cirurgia. Não é só a questão do número de doentes - são cerca de 10 mil doentes -, é também os anos que os doentes estão à espera. Existem doentes de 2011, 2012, à espera ainda de serem operados - portanto, com mais de 5 anos de tempo de espera e isto tem que ser resolvido através de medidas excecionais. Uma das medidas excecionais que sugeri é que aquilo que é chamada a produção acrescida para cirurgia, que normalmente está limitada - no caso concreto dos Açores a 25% do total da produção -, possa haver uma exceção no sentido de ultrapassar esses 25%, tal como aconteceu no Continente em algumas áreas, em algumas patologias e em alguns hospitais.

O Secretário da Saúde já disse que a produção cirúrgica acrescida podia chegar aos 35% no Hospital do Divino...

Ótimo, se falou em 35% já é alguma coisa. Ainda assim, existem várias formas que é, por exemplo, decidirem 'ok, vamos resolver o problema cirúrgico dos doentes de 2011, 2012 e 2013 por exemplo, para aproximar os anos, todos em produção adicional. Vamos chamar os doentes, verificar se ainda necessitam de ser operados, isto é, se eventualmente já não foram operados noutra sítio, marcá-los para serem operados e resolvê-los em produção adicional. É uma solução para

começar a reduzir o tempo que os doentes estão à espera. Permitir 35% obviamente que é uma solução adicional e eu iria um bocadinho mais longe do que o senhor Secretário Regional da Saúde (...). Ele disse que em dezembro de 2016 estavam à espera de serem operados cerca de 10.200 doentes e agora estão 10.600, mas entretanto o Hospital do Divino Espírito Santo (HDES) já operou cerca de 6 mil doentes. Portanto, os doentes obviamente que vão aparecendo. Isto não é uma coisa estática, é uma coisa dinâmica e esse é um aspeto que acho primordial.

“É melhor resolver o problema da população dos Açores com os seus médicos do que estar a importar médicos do Continente”

Outro aspeto que é importante é a possibilidade também de os médicos de especialidade poderem circular entre as ilhas. Tem que haver, de facto, uma medida de solidariedade a nível dos Açores como um todo e isso funciona melhor quando são os médicos a irem, por exemplo, fazer consultas ou irem operar à Terceira, à Horta, enfim, seja onde for, do que serem os doentes a virem todos para São Miguel ou irem todos para a ilha Terceira. Porquê? Isto tem vários motivos: o primeiro, desde logo, é que os custos são menores: os custos são substancialmente mais baixos se forem os médicos a deslocar-se do que se forem os doentes todos a deslocar-se. Quando os médicos se deslocam já não vão resolver o problema só de 3 ou 4 doentes mais graves, aproveitam e estão lá um dia ou dois e já vão resolver o problema de uma série de doentes numa especialidade em que uma ilha não tem acesso.

“A Ordem exige aos médicos que, além de serem bons e atuarem de acordo com as boas práticas, tenham um comportamento ético e deontológico irrepreensível”

Finalmente, é muito melhor para os doentes estarem na sua própria ilha por uma questão de proximidade familiar, etc. Portanto, este é um programa que depende de uma portaria que o Governo Regional já está a preparar desde abril (...). Em bom abono de verdade, é melhor resolver o problema da população dos Açores com os seus médicos - existem médicos aqui de elevadíssima qualidade - do que estar a importar médicos do Continente. Acho que os médicos do Continente só devem ser utilizados em situações excecionais, em especialidades em que não existe alguém ou em patologias complicadas (...). (O recurso do Serviço Regional de Saúde aos médicos do Continente) descaracteriza um pouco o sistema, quebra um bocado aquilo que é a relação médico-doente e quebra um bocado aquilo que é também a cooperação estratégica e afetiva que existe entre as próprias ilhas açorianas.

Perante um eventual entupimento dos Cuidados Intensivos no HDES, considera adequado que os doentes possam ser deslocados para as unidades do género nos hospitais de Angra e da Horta?

“Outro aspeto que é importante é a possibilidade também de os médicos de especialidade poderem circular entre as ilhas”



Particularmente em São Miguel, que tem o hospital principal, nomeadamente na área da neurocirurgia, existem alguns doentes que são relativamente urgentes ou urgentes, e que muitas vezes não podem ser operados porque a Unidade de Cuidados Intensivos está cheia. Sem prejuízo de se poder fazer ou não a cirurgia - se forem necessários cuidados intensivos e, não existindo lugar, não se pode fazer - existem duas soluções para tentar resolver isto: uma é aumentar a capacidade em cuidados intensivos do próprio hospital, isto é, é o hospital, porque tem necessidade e é no fundo o hospital com mais atividade, que dá mais capacidade de resposta à população dos Açores, aumentar o número de camas dos cuidados intensivos, se for possível (...). A outra solução é quando um doente que está nos cuidados intensivos, em bora ainda precise de cuidados intensivos, mas já está em condições de poder ser transportado. (Aí) é os doentes eventualmente irem para as ilhas onde existem também cuidados intensivos (isto é, para a Terceira, para o Faial) porque normalmente estes hospitais têm cuidados intensivos que não estão ocupados, estão libertos. Porquê? Porque muitas das cirurgias com necessidade de cuidados intensivos são feitas em São Miguel. Portanto, essa circulação é uma medida a ajustar - é um desafio que também lancei ao Secretário Regional da Saúde - que pode ser feita através dos serviços da Força Aérea (existe um protocolo com a Força Aérea, que inclui um médico, um enfermeiro, etc para

PAULO FAUSTINO



o transporte interilhas e que é uma solução). Portanto, acho que numa destas duas soluções esta matéria tem que ser pensada e resolvida, porque senão o que está a acontecer é que doentes que precisam de ser operados, que têm urgência em ser operados, acabam por não poderem ser operados e aguardar que existam altas dos cuidados intensivos para poderem ser operados, porque precisam de uma cama dos cuidados intensivos. É má prática num doente que precise de cuidados intensivos ser operado sem ter a cama porque depois, se o doente não tem a vigilância que devia ter e acontece alguma fatalidade, é um problema diabólico, mesmo para o próprio médico que vai operar, enfim, para a sociedade, para a pessoa, desde logo para o doente.

A falta de médicos de família é presente no caso de São Miguel. Como é que os Açores podem ficar servidos em termos de médicos de família?

Para já, neste momento, os médicos de família que existem em deficiência nos Açores basicamente concentram-se muito em São Miguel, curiosamente. É um fenómeno estranho, mas é verdade. Faltam cerca de 50 médicos de família, segundo as contas que as entidades locais têm feito na ilha de São Miguel no global, e portanto a situação pode ser resolvida rapidamente. Neste momento, uma das soluções para resolver a falta de capital humano, nomeadamente em algumas especialidades, incluindo a especialidade de medicina geral e familiar, é termos melhores con-

dições para poder formar médicos aqui. Se a formação médica puder ser feita nos Açores, nem que seja parcialmente, mesmo com necessidade de ir ao Continente fazer alguma área específica numa especialidade que não exista nos Açores, a verdade é que se nós formarmos cá médicos, a probabilidade de ficarem médicos a trabalhar nos Açores é muito maior. Aumenta exponencialmente. E, por isso, temos que dar condições aos serviços - e essa é uma das matérias em que temos insistido muito - para que seja possível aumentar quer as idoneidades para formar internos, quer as próprias capacidades formativas porque esse aspeto é capital e, no caso da medicina geral e familiar, já está a acontecer. Neste momento já estão muitos médicos de família em formação em São Miguel, e nos Açores de uma forma geral. Um dos desafios que tenho lançado ao Ministro da Saúde no Continente e que também já lancei aqui ao Secretário Regional da Saúde é que os concursos sejam mais rápidos, isto é, quando o médico acaba a especialidade que seja rapidamente contratado - se houver necessidade de contratar o médico, obviamente. Se o contratar logo ele é capaz de ficar, se lhe derem um projeto de trabalho ele até é capaz de ficar, ainda mais porque sente que vai fazer alguma coisa de novo pela sua terra, pelos seus doentes, etc. Se lhe derem alguns incentivos no caso das áreas mais periféricas (como é o caso dos Açores), nomeadamente em dias de férias ou em apoio direto à formação, que é

uma coisa que não temos tido a não ser através da indústria farmacêutica, ou a possibilidade de implementar uma nova técnica no serviço ou desenvolver uma área do serviço numa determinada patologia, está-se a conquistar a pessoa, tratando-a com respeito e acarinhando-a, e a dar um passo importante para que essas pessoas fiquem cá a trabalhar. Acho que essa matéria é fundamental.

E também mais incentivos financeiros para os médicos...

Incentivos que podem ser remuneratórios ou não. A gente quando fala em incentivos tem a mania de falar em ordenados. As remunerações-base que o Estado paga aos funcionários do Serviço Nacional de Saúde estão estabelecidas em tabelas próprias, os

“Ninguém formado em Lisboa vem trabalhar para os Açores com incentivo de 500 euros (...) Mais do que isso vão gastar em ir a casa”

incentivos-extra que o governo tem criado são incentivos, de grosso modo, fracos. Repare, ninguém formado em Lisboa vem trabalhar para os Açores com incentivo de 500 euros. Não fazem isso. Mais do que isso vão gastar em ir a casa regularmente. Portanto, não chega. Os incentivos são extra remuneratórios. Isso já está estudado noutros países, o que estou a dizer não é nada de novo, não é inventar: férias, formação a sério, projetos de trabalho, etc, são situações mais cativantes. (...) Qual é o argumento forte para atribuir incentivos a pessoas que vêm de novo e não dar incentivos às pessoas que cá estão? Isto é complicado. Por isso é que os incentivos remuneratórios podem funcionar, mas não são os mais fortes.

O Serviço Regional de Saúde está esombrado por suspeitas de corrupção envolvendo, entre outros, médicos. A Ordem não deveria ter uma palavra mais forte a dizer numa situação destas do ponto de vista disciplinar?

A Ordem tem o seu papel perfeitamente definido nessa matéria. Já tive conhecimento do caso numa conversa que tive com a Dra. Isabel Cássio, que é a presidente do Conselho Médico dos Açores, e a Ordem vai solicitar ao tribunal ou à Polícia Judiciária, consoante a circunstância, algumas informações que nos permitam também ter uma atuação em termos disciplinares. (...) Se no meio destas situações todas em que um médico está a ser investigado existem violações daquilo que é a ética médica - e existirão com certeza se se vier a provar aquilo que tem sido falado na comunicação social -, é óbvio que a Ordem tem que abrir imediatamente um processo disciplinar e, a nível disciplinar, investigar a situação do médico. E nós temos feito isso de uma forma muito rápida, pelo menos da minha parte, porque depois, a partir do momento em que envio um determinado processo para o conselho disciplinar, aquilo depois está dependente do órgão disciplinar da Ordem, que é completamente independente do Bastonário.

(...) Quem julga os crimes, de corrupção, etc, é o Ministério Público, são os tribunais, quem os investiga é a Polícia Judiciária. A Ordem não tem capacidade de investigação de crimes, nem a Ordem julga crimes. A Ordem julga viola-

ções daquilo que é o nosso código de ética e deontologia, isto é, se um médico não atuou de acordo com aquilo que são as boas práticas médicas ou desrespeitou aquilo que é a deontologia que tem que ter no exercício da sua profissão, é evidente que este médico tem que ser julgado em termos disciplinares e penalizado, e as penalizações vão desde a simples advertência até à expulsão. Só para lhe dar essa informação em primeira linha, nós este ano já aplicámos duas penas de expulsão no Conselho Disciplinar do Norte da Ordem dos Médicos por violações do código de ética deontológica. Portanto, repare, duas penas de expulsão já no início deste ano e apenas num conselho disciplinar que é o Conselho Disciplinar do Norte. Estes números são preocupantes, mostram que a Ordem está atenta ao que está a acontecer. A Ordem exige aos seus médicos que eles, para além de serem bons médicos e atuarem de acordo com as boas práticas, tenham um comportamento ético e deontológico que seja irrepreensível. Pugnamos por isso é uma das principais funções da Ordem porque quando você quer oferecer qualidade naquilo que é o exercício da medicina aos nossos doentes, nós oferecemos qualidade de duas formas: uma através da formação, isto é, termos bons médicos, bons profissionais, bons cirurgiões, etc, e a outra é cumprindo aquilo que são os princípios éticos e deontológicos - ter uma relação com o doente saudável, que respeita as regras da educação, que não é abusiva, que não entra com fatores de novo que prejudicam a própria relação médico-doente no sentido de se cumprirem todos os preceitos deontológicos da nossa profissão.

Há especialidades nos Açores com carência de médicos, como é o caso da dermatologia e oftalmologia. Como encara esta realidade?

A solução principal tem a ver com a for-

“A Ordem vai solicitar ao tribunal ou à PJ algumas informações que nos permitam também ter uma atuação em termos disciplinares”

mação. Temos que fazer um esforço grande - quando digo nós estou a falar de todos, não estou a falar só da Ordem - no sentido de criar boas condições de trabalho nos Açores e, concretamente no HDES, boas condições de formação. Já temos médicos que estão a ser formados, estão a aprender, estão a trabalhar. Já estão a dar o seu contributo para a própria especialidade porque à medida que se vão formando, vão tendo cada vez mais autonomia e são médicos que já são importantes para o funcionamento do serviço. (...) O desenvolvimento da chamada nova medicina, que é muito rápido, depende muito dos médicos que já têm experiência, mas com a juventude associada porque, sem os jovens, não conseguimos apanhar. E, sobretudo, estamos a formar médicos que, com mais facilidade, ficam a trabalhar aqui nos Açores, nomeadamente nas especialidades que referiu, e esta é uma matéria que acho que é prioritária para a qual temos que olhar com muita atenção e vamos estudar obviamente com os senhores secretários regionais da Saúde, dos Açores e também da Madeira (porque a Madeira tem também um problema semelhante) no sentido de tentarmos reforçar. *



ID: 72022233

02-11-2017

O MAIS ANTIGO JORNAL PORTUGUÊS
FUNDADO EM 1835
POR MANUEL ANTÓNIO
DE VASCONCELOS

ANO CLXXXII • Nº 19890
QUINTA-FEIRA, 2 DE NOVEMBRO DE 2017

DIRETOR
PAULO SIMÕES

Açoriano Oriental

0,90 €
IVA inc.

www.acorianooriental.pt

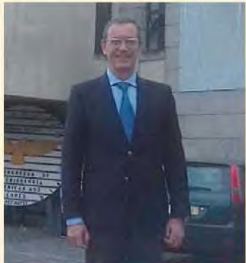
Regional

Roupa de designer de moda vendida em Berlim

Feito de Sara França é o primeiro passo no sentido da internacionalização PÁGINA 5

Entrevista

Bastonário pede mais incentivos para médicos



Miguel Guimarães quer mais incentivos como forma de fixar médicos nas ilhas PÁGINAS 6 E 7

Regional

Feriado cumpre tradição de visita ao cemitério

PÁGINA 3

Vendas de carros novos e usados aumentam nos Açores

Dados do Serviço Regional de Estatística apontam para crescimento de 6 por cento nas vendas. Entre janeiro e setembro foram já vendidos 3.230 carros novos na Região, mais 182 que no mesmo período de 2016 PÁGINA 10



ÁLVARO ISIDORO / GLOBAL IMAGENS

Regional

Cooperação entre Portugal e China passa pelos Açores

PÁGINA 32

Desporto

Santa Clara vence no Seixal e volta à liderança

Açorianos, reduzidos a 10 jogadores na última meia hora, impõem primeira derrota caseira ao Benfica B com penálti de Osama e bis de Fernando. Santa Clara partilha 1.º lugar com o Académico de Viseu PÁGINA 24

Agriloja

POUPE 200€

749€
549€

STOCK LIMITADO

Salamandra a Pellets
71,8x48,9x43,2cm
cód. 0132282

Agrilares, Jardim, Paciência, Serviço de Instalação, Brindes, Cava

Promocões e preços válidos de 01 de Outubro a 2 de Novembro de 2017 na Agriloja da Ribeira Grande. Campanha limitada ao stock existente em loja. Não é taxa logística. Mais informações em loja.

RESTAURANTE O MARINEIRO

Peixe fresco do dia
Marisco vivo
Carnes regionais
Petiscos diversos

Servindo os Açorianos desde 2009

Todos os dias das 12h00 às 24h00

Polvo à Galega

PORTAS DO MAR LOJA 3 296 629 524 / 916 368 887 geral@omarineiro.com www.omarineiro.com